

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

Resenhado por Caroline M^a V. de Souza Sifuentes¹
(Universidade de Brasília)

Recebido em: outubro 2018
Aceito em: novembro 2018
[DOI 10.26512/les.v19i3.18330](https://doi.org/10.26512/les.v19i3.18330)

O que é Lugar de Fala? é o primeiro volume da Coleção Feminismos Plurais, nascida da iniciativa de uma tríade jovem e potente, que teve a ideia de transpor os debates políticos dos meios virtuais para o papel: a filósofa e ativista Djamila Ribeiro em parceria com o portal Justificando e o Grupo Editorial Letramento. Organizadora da coleção e autora do título de estreia, Djamila é mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisadora com ênfase em teoria feminista. Foi secretária adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, em 2016, além de ter palestrado na sede da ONU e em conferências em Harvard e Oxford, em 2017. Atualmente, é colunista do site e da revista Carta Capital.

Com o objetivo de reconhecer a importância e dar visibilidade à multiplicidade de vozes de grupos até então marginalizados, a coleção visa a abordar aspectos e perspectivas dos mais diversos feminismos, de forma didática e acessível, em uma série de pequenos livros, tendo como pilar principal mulheres negras e indígenas e homens negros como sujeitos políticos. Depois de “*O que é lugar de fala?*”, outros dois volumes já foram lançados: “*O que é encarceramento em massa?*”, escrito por Juliana Borges, acadêmica na área de Antropologia e colunista do portal Justificando, e “*O que é empoderamento?*”, de autoria da arquiteta pós-graduada em Direito Urbanístico pela PUC-MG, feminista e também colunista do portal Justificando, Joice Berth.

Outros títulos da coleção estão previstos para lançamento em breve, como “*O que é interseccionalidade?*”, por Carla Akotirene Santos, “*Intelectuais Negras*”, de Giovana Xavier, “*O que é colorismo?*”, de Alessandra Devulsky, “*O que é lesbiandade?*”, por Jéssica Ipólito, “*O que é transfeminismo?*”, por Maria Clara Araújo, “*Mulheres amazônidas*”, de Thiane Neves, “*O que é morenidade?*”, de Flávia Danielle, “*O que é racismo estrutural?*”, por Sílvio Almeida, “*O que é masculinidade negra?*”, por Túlio Custódio e “*O que é intolerância religiosa?*”, por Rodney William, além de outros que pretendem abordar questões das mulheres caribenhas e mulheres de povos originários, com autoras especialistas nesses temas.

¹ Caroline Maria Vilhena de Souza Sifuentes é jornalista, professora e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UNB).

Logo na apresentação de “*O que é Lugar de Fala?*”, Djamila explica que escolheu começar a coleção com um livro sobre o feminismo negro para explicitar conceitos e romper definitivamente com a ideia da primazia de uma opressão em relação a outras. Além disso, partindo do entendimento da linguagem como mecanismo de manutenção de poder, a autora assegura o compromisso da coleção com a descolonização do pensamento, mostrando diferentes perspectivas com uma linguagem didática, que dê conta de articular as feministas negras como sujeitos às questões essenciais para o rompimento da narrativa dominante – mas sem ser palatável –, unindo “a sofisticação intelectual com a prática política”. (p. 14)

Para orientar o percurso desta reflexão, Djamila dialoga com obras de diversas feministas negras como Patricia Hill Collins, Sojourner Truth, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Linda Alcoff, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Bell Hooks, entre outras. Dividido em quatro capítulos (mais apresentação, notas e referências bibliográficas), o livro se apresenta da seguinte forma: 1. Um pouco de história; 2. Mulher negra: o outro do outro; 3. O que é lugar de fala?; 4. Todo mundo tem lugar de fala.

Djamila inicia o primeiro capítulo situando o leitor nos percursos intelectuais e de luta de mulheres negras durante a história. A autora postula que as produções e as histórias de resistências dessas mulheres desde antes do período escravocrata e, conseqüentemente, as obras e atuação de feministas negras ao redor do mundo indicam que o debate sobre o enfrentamento do racismo e sexismo já vinha sendo feito há muito tempo, e que o problema, então, seria a sua falta de visibilidade. Djamila apresenta a voz contundente de Giovana Xavier, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizadora do grupo de estudos e catálogo “Intelectuais Negras Visíveis”, a prática feminista como sendo negra.

Nesse diálogo, que também se refere a protagonismo, capacidade de escuta e lugar de fala, façamo-nos as perguntas: Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? Na partilha desigual do nome e do como, os direitos autorais ficam com as Mulheres Negras, as grandes pioneiras na autoria de práticas feministas, desde antes da travessia do Atlântico. Como herdeiras desse patrimônio ancestral, temos em mãos o compromisso de conferir visibilidade às histórias de glória e criatividade que carregamos. Esse *turning point* nas nossas narrativas relaciona-se com a principal pauta do feminismo negro: o ato de restituir humanidades negadas. (p. 22)

Ainda nesta reflexão sobre a falta de visibilidade de mulheres negras no feminismo hegemônico, Djamila evoca a voz de Lélia Gonzalez, que também confronta o paradigma dominante no que chama de “feminismo hegemônico”. Em muitos de seus textos, Gonzalez utiliza uma linguagem sem obediência às regras da gramática normativa, dando visibilidade ao legado linguístico de povos que foram escravizados. Os trabalhos e obras da autora têm como proposta a

descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica, que buscam ressaltar a importância da reflexão sobre como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo.

Ao avançar nesta contextualização sobre o não-lugar das mulheres negras nas produções intelectuais de maior destaque ao longo da história, Djamila dialoga com Bell Hooks e afirma que é preciso desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa, e debater como as identidades foram construídas nessas conjunturas. Hooks chama a atenção para o fato de que as identidades sociais das mulheres negras foram culturalmente construídas ligadas ao corpo, e não ao pensar, em um contexto racista, e esta combinação entre racismo e sexismo implica em “sermos vistas [as intelectuais negras] como intrusas, por pessoas de mentalidade estreita”. (p. 28)

Neste sentido, Djamila alerta para o fato de que é muito comum feministas negras como Bell Hooks serem chamadas de “identitárias” e afirma, ao trazer para o diálogo a voz da filósofa panamenha Linda Alcoff, que:

Para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. (p. 29)

No segundo capítulo, intitulado “Mulher negra: o outro do outro”, a autora postula que, de modo geral, a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem, como se ela se pusesse se opondo, “fosse o outro do homem, aquela que não é homem” (p. 35). Neste sentido, se a mulher é o *outro* do homem, a mulher negra é o *outro do outro*, já que, de acordo com Grada Kilomba, no debate sobre o racismo, o sujeito é o homem negro; no discurso de gênero, o sujeito é a mulher branca; e no discurso sobre a classe, a “raça” não tem lugar. Para a autora, evocada por Djamila neste capítulo, “as mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição em um mundo polarizado em negros de um lado e mulheres de outro”. (p. 38)

No entanto, ao dialogar com Audre Lorde, feminista negra caribenha e lésbica, Djamila reivindica a necessidade de reconhecermos nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo. “O problema seria quando as diferenças significam desigualdades”, afirma a autora. Lorde assevera que o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, “leva à legitimação de um discurso excludente, pois não viabiliza outras formas de ser mulher no mundo”. (p. 51)

Tendo posto que nos dois primeiros capítulos a questão do feminismo negro foi apresentada neste profundo e detalhado percurso de contextualização, bem como os caminhos teóricos e as vozes que o sustentam, Djamila segue para o capítulo principal, que dá título ao livro: “O que é lugar de fala?”. A autora começa esclarecendo que a palavra “discurso” utilizada por ela refere-se à noção foucaultiana, segundo a qual discurso não significa um amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas um sistema que estrutura determinado imaginário social, sobretudo no que diz respeito a poder e controle.

Em seguida, entrando mais precisamente na temática em questão, há um cuidado da autora em deixar claro também que não há uma epistemologia determinada sobre o termo “lugar de fala” – ou, ao menos, sua origem é imprecisa. “Acreditamos que este surge a partir da tradição da discussão sobre *feminist stand point* – ponto de vista feminista, em uma tradução literal – diversidade, teoria radical crítica e pensamento decolonial”. (p. 58) Djamila apresenta, então, a sua hipótese de que “a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala”. (p. 59)

Para fundamentar e aprofundar a discussão proposta neste capítulo, é evocada a voz pujante de Patricia Hill Collins, que refuta veementemente a ideia de que “lugar de fala” ou “ponto de vista” tem a ver com experiências ou posicionamentos individuais. Ao contrário:

Não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (p. 61)

Neste sentido, Djamila alerta para o fato de que é preciso entender grupos sociais não como um amontoado de indivíduos, mas como individualidades em sua própria realidade, de modo que se alcance a reflexão de que indivíduos pertencentes a determinados grupos partilham experiências similares. Ou seja, afirma a autora, ao falar de direito à existência digna, à voz, à visibilidade, fala-se na verdade de *locus* social, de como esse lugar marginal imposto a determinados grupos dificulta a possibilidade de transcendência. De acordo com ela, “absolutamente nada tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.” (p. 64)

Em seguida, ainda neste capítulo, Djamila segue desenvolvendo este raciocínio, dando exemplos práticos de discussões a respeito de “ponto de vista” e “lugar de fala” sobretudo nos debates virtuais. A autora apresenta o argumento comum (e equivocado, segundo ela) usado para desqualificar o posicionamento de alguém: “mas fulana está falando a partir das vivências dela”, como se essas vivências, por mais que contenham experiências advindas da localização social de

“fulana”, se mostrasse insuficiente para explicar uma série de questões. Para a autora, a experiência de um indivíduo importa, sem dúvida, mas o foco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo no qual este indivíduo está inserido e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo.

Portanto, para Djamila, reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências individuais seria um grande erro, pois se trata de entendermos como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra, garante a autora, não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela poderia dizer que nunca sentiu os efeitos do racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. Isto é, “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. (...) A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades”. (p. 69)

Ao final deste capítulo cardeal, Djamila dialoga novamente com Grada Kilomba e toca num ponto que considera essencial: “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar”. De acordo com as autoras, há uma dificuldade da maioria branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. “Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação”. (p. 79) Tendo tudo isto em vista, Djamila conclui impelindo o leitor a uma tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica (comumente vista como inapropriada ou agressiva), porque aí se está confrontando o poder.

No último capítulo, intitulado “Todo mundo tem lugar de fala”, Djamila apresenta suas considerações finais através de uma reflexão sobre todo o debate proposto no decorrer do livro. De acordo com ela, não houve a pretensão de se impor uma epistemologia da verdade, mas um chamado à reflexão. Para a autora, pensar em lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, que considera violenta. E finaliza:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimizados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. Não à toa iniciamos esse livro com uma citação de Lélia Gonzalez: “o lixo vai falar, e numa boa”. (p. 90)

O que é lugar de fala? é uma obra mobilizadora. O leitor fatalmente se sentirá provocado a entrar em contato com seu próprio *locus* social e a refletir sobre seus pontos de vista acerca de

tantos grupos invisibilizados ao longo da história (sobretudo as mulheres negras). A leitura é fluida e didática, de modo que os aprendizados e as reflexões se dão de forma muito natural e prazerosa. Djamila passeia com total propriedade e intimidade pelo tema e conduz o leitor com muita naturalidade e segurança, capítulo após capítulo, pelos percursos teóricos, históricos e dialógicos que permearam a obra, sobretudo ao trazer tantas vozes feministas eloquentes para enriquecer o debate.

Tratar da temática do feminismo negro e do lugar de fala, que ainda estão tão permeados de preconceito, inserindo-os no bojo dos estudos do discurso, é absolutamente respeitável e valioso, o que faz deste livro uma fonte rica e original de pesquisa, principalmente por sua abordagem didática e suas importantes contribuições teóricas, que deve ser amplamente utilizado por estudiosos da linguagem e das mais diversas áreas das ciências sociais que buscam suscitar reflexões e transformações na sociedade.